

## Geopolíticas da descolonização

As diplomacias subalternas da África lusófona (1961-1974)

*Geopolitics of decolonisation: the subaltern diplomacies of Lusophone Africa (1961-1974)*

*Geopolítica de la descolonización: las diplomacias subalternas del África lusofona (1961-1974)*

*Géopolitique de la décolonisation : les diplomaties subalternes de l'Afrique lusophone (1961-1974)*

**Federico Ferretti**

---



**Edição electrónica**

URL: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/10988>

ISSN: 2316-7793

**Editora**

Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

**Referência eletrónica**

Federico Ferretti, «Geopolíticas da descolonização», *Terra Brasilis* [Online], 17 | 2022, posto online no dia 30 junho 2022, consultado o 30 dezembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/10988>

---

Este documento foi criado de forma automática no dia 30 dezembro 2022.

All rights reserved

---

# Geopolíticas da descolonização

As diplomacias subalternas da África lusófona (1961-1974)

*Geopolitics of decolonisation: the subaltern diplomacies of Lusophone Africa (1961-1974)*

*Geopolítica de la descolonización: las diplomacias subalternas del África lusofona (1961-1974)*

*Géopolitique de la décolonisation : les diplomaties subalternes de l'Afrique lusophone (1961-1974)*

**Federico Ferretti**

---

## NOTA DO AUTOR

Esse artigo é uma versão revista e traduzida de: F. Ferretti, 2021, “Geopolitics of decolonisation: the subaltern diplomacies of Lusophone Africa (1961-1974)”, *Political Geography* n. 85 (102326). Agradecemos aos editores de *Political Geography* a autorização para publicar este texto, e especialmente a Kevin Grove e Sonia Pratt, por facilitarem este processo.

“Mário: — ‘Todo esse papel? É muito papel gasto com essa guerra’.

Armando: — ‘Sem papel, essa guerra não teria história alguma’”

(Davidson, 2017: 101)

- 1 Este artigo aborda as estratégias geopolíticas que foram conduzidas pelos movimentos de libertação nacional da África lusófona entre as décadas de 1960 e 1970 nos campos da produção cultural, da comunicação internacional multilíngue e das redes intelectuais transnacionais. O estudo se concentra principalmente na diplomacia política e acadêmica que intelectuais como Amílcar Cabral (1924-1973), Mário Pinto de Andrade (1928-1990), Agostinho Neto (1922-1979), Eduardo Mondlane (1920-1969) e Marcelino dos Santos (1929-2020) promoveram na busca por um consenso mundial para sua causa

em termos de política, de opinião pública e do mundo intelectual. Esses estudiosos e ativistas atuaram nos circuitos transnacionais da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas). Fundada em Casablanca em 1961, essa associação representou a aliança entre as principais organizações anticolonialistas da chamada “África Portuguesa”, o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) da Guiné-Bissau e Cabo Verde, o CLSTP (Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe) de São Tomé e Príncipe, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) angolano e a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) moçambicana. Embora esses partidos não fossem representativos da totalidade das organizações nacionalistas que atuavam nesses países, o estudo se concentra nesses grupos e seus líderes, especialmente Cabral, devido às suas atividades transnacionais comuns e estratégias de comunicação.

- 2 De fato, os movimentos anticoloniais lusófonos eram muitas vezes divididos em várias clivagens étnicas, políticas ou sociais (Opello, 1975), e os arquivos pós-coloniais podem ter silenciado diversos ativistas e organizações, acerca dos quais será necessário conduzir mais investigações. Eu escolho focalizar nessas fontes porque esses ricos arquivos, os quais se tornaram disponíveis recentemente, expressam claramente o compromisso das pessoas e organizações acima mencionadas com a promoção de redes intelectuais transnacionais enquanto parte integrante de sua luta política. Isso também se alinha à argumentação de Marcus Power, que definiu o MPLA, o PAIGC e a FRELIMO como “as três principais forças de libertação” (Power, 2001: 469) na África lusófona, mencionando Neto, Mondlane e Cabral entre os produtores de “contranarrativas importantes” (Power, 2001: 487) da guerra que o governo português travou contra os movimentos anticoloniais. Para conduzir sua guerra de libertação, esses intelectuais usaram redes internacionais e produção cultural multilíngue enquanto dispositivos geopolíticos, tão importantes quanto vitórias em campo de batalha militar (Gomes, 2010). A relevância da estratégia desses intelectuais é indiretamente confirmada pelos estudos de historiadores para os quais a guerrilha, por si só, teria sido insuficiente no tocante à libertação das longevas colônias portuguesas na África (MacQueen, 1997), uma vez que o golpe decisivo contra o domínio português foi desferido por um evento da política interna portuguesa, isto é, a Revolução dos Cravos de 1974, que pôs fim à ditadura de inspiração fascista de António de Oliveira Salazar e de seu sucessor, Marcello Caetano. No entanto, essa mudança de regime político não se manteve alheia a frustrações relativas à guerra africana (Power, 2001; Sidaway e Power, 2005), tampouco à propaganda política de dissidentes portugueses ligados a movimentos anticoloniais, tal como explico a seguir.
- 3 Sidaway e Power analisaram a natureza geopolítica dos discursos públicos do Estado português à época da ditadura. Segundo esses geógrafos, uma “obsessão imperial” (Sidaway e Power, 2005: 527) havia sido parte constitutiva e essencial aos discursos nacionalistas e à continuidade do regime de Salazar. Esses discursos eram reforçados por mapas de propaganda, os quais mostravam em que medida a extensão das longevas possessões portuguesas ultramarinas promovia uma vingança simbólica contra ideias segundo as quais Portugal seria um país “pequeno” e “marginal”. Com base na obra do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre e sua noção de miscigenação enquanto a assimilação “positiva” de características raciais brancas por parte de negros e indígenas, da qual resultaria uma “geopolítica luso-tropical” (Sidaway e Power, 2005: 530), Salazar afirmou que as colônias asiáticas (Goa até ao início dos anos 1960, e Timor

Leste até 1975) eram partes intrínsecas da “Pátria” lusitana (Sidaway e Power, 2005: 539), ressaltando assim a estreita ligação entre império e nação, característica do seu regime (Cairo, 2006). Opondo-se a essa posição, Cabral argumentou: “Confundindo, talvez involuntariamente, realidades (ou necessidades) biológicas e realidades socio-econômicas (históricas) [Gilberto Freyre] fizera de todos nós, povos das colônias-províncias portuguesas, os felizes habitantes do paraíso lusotropical” (Cabral, 2017: 182). É possível argumentar que a história da descolonização africana expurgou essas narrativas luso-tropicalistas.

- 4 Na guerra das colônias africanas contra o imperialismo português, ambos os lados se afirmaram como sendo a vanguarda dos seus respectivos “mundos”, a saber, o “Mundo Livre” (em referência ao Bloco Ocidental) no que se referisse a Portugal, e os mundos descolonizados e socialistas no tocante aos dos anticolonialistas. Ambos os lados travaram suas batalhas no campo da produção cultural e da mídia, o que incluía transmissões de rádio (Power, 2000). Meu principal argumento é que, para os anticolonialistas africanos, o uso da cultura, da escolarização e da comunicação em prol da construção externa e interna do imaginário nacional era entendido como uma de suas principais armas e como parte de uma diplomacia intelectual específica, que culminou no que pode ser definido como uma estratégia geopolítica subalterna. Essa estratégia implicou a elaboração de discursos públicos voltados para a atenção da opinião pública mundial, e que se contrapusessem à “geopolítica do desenvolvimento” então dominante (Power, 2019), ou seja, de acordo com Power, foram estratégias que serviram à contra-insurgência no recém-descolonizado “Terceiro Mundo”.
- 5 Este artigo amplia a literatura que analisa reivindicações de atores geopolíticos não pertencentes ao âmbito do Estado ou não convencionais enquanto geopolítica subalterna ou liminar (Jones e Clark, 2015; Sidaway, Mamadouh e Power, 2013; Sharp, 2011, McConnell, 2016; McConnell e Dittmer, 2018). Para tanto, aborda-se este caso como um exemplo específico da contrageopolítica africana lusófona do desenvolvimento, a qual se opôs conscientemente à retórica neocolonial do desenvolvimento. Embora o uso do termo “subalterno” para identificar esses atores e redes não seja uma operação simples, e a despeito da natureza controversa dessa definição (Spivak, 2010), eu me baseio na noção de geopolítica subalterna de Sidaway, a qual denomina esses regimes “cujos códigos geopolíticos se definem por meio de uma referência a tal entendimento, às vezes misturados com visões contra-hegemônicas e populismo, (...) principalmente os pós-coloniais ou pós-revolucionários, que desafiam o *status quo* anterior” (Sidaway, 2012: 296-297). Alguns desses regimes decorreram dos movimentos anticoloniais dos quais a África lusófona produziu exemplos marcantes, que são discutidos aqui. Recentemente, a definição de “geopolítica subalterna” foi expandida de modo a incluir “visões globais de resistência subalterna ao imperialismo, incorporadas pela Conferência de Bandung e pela Conferência Tricontinental” (Cheong, 2019: 989) juntamente com a definição de “realismo subalterno” para explicar as experiências de “estados subalternos” (Cheong, 2019: 993), as quais são, muitas vezes, pós-coloniais (Craggs, 2018). Embora ainda não seja tarefa fácil localizar representantes do Estado que não careçam de meios para fazer com que suas vozes sejam ouvidas e que sejam, sem dúvida, a elite no campo “subalterno”, a reunião Tricontinental, realizada em Cuba em 1966, incluiu atores estatais e representantes de movimentos de guerrilha colonial, como as organizações da CONCP.

- 6 Esses representantes (incluindo Cabral) podem encarnar, em certa medida, a figura do “intelectual orgânico” descrita por Antonio Gramsci, tal como já foi observado, por exemplo, por diversos estudos referentes a Moçambique (Munslow, 1983). Essa figura encarna as contradições da subalternidade, dado que as intermediações de intelectuais contribuem para silenciar ainda mais o “subalterno”, tal como observou Gayatri Spivak em sua crítica a Foucault e Deleuze, opondo-se à “crença de que teoria é prática” (Jazeel, 2019: 184). No entanto, embora Cabral e seus amigos tenham sido intelectuais, eles também foram ativistas e combatentes que participaram de operações de campo. Portanto, eles fundiram teoria e prática de uma maneira que se alinha aos recentes estudos geográficos pós-coloniais e subalternos, os quais definem a geopolítica subalterna como “práticas de produção de conhecimento geopolítico que estão fora dos binários geopolíticos tradicionais de dominação e resistência política” (Jazeel, 2019: 193) e que pode ser abordada por meio de “estudos etnográficos, arquivísticos e analíticos” (Jazeel, 2019: 194).
- 7 Finalmente, a noção de “geopolítica liminar”, de modo semelhante à de subalternidade, é atualmente aplicada a atores geopolíticos não pertencentes (ou ainda não pertencentes) ao âmbito do Estado, assim como a suas respectivas diplomacias, ao mesmo tempo em que enfatiza a importância do arquivo (Dittmer, 2017) e a ideia de uma “barreira” que tais atores liminares precisam atravessar de modo a adquirir legitimação institucional (McConnell e Dittmer, 2017). Este conceito explica a periodização adotada neste estudo, a qual se inicia em 1961, com a fundação da CONCP, e termina em 1974, com o colapso do império português (o prelúdio das independências, que seriam formalizadas no ano seguinte). Pode-se reconhecer que, nesse momento, o período “liminar” da luta anticolonial terminou, uma vez que as nações africanas lusófonas cruzaram o “limite” da condição estatal.
- 8 Além disso, este artigo amplia e conecta estudos geográficos em prol de mais investigações acerca de culturas de descolonização, de internacionalismo e de anticolonialismo, sobretudo ao incluir perspectivas que não sejam oriundas do Norte Global e anglófonas (Craggs e Neate, 2019; Clayton e Kumar, 2019). Geografias do internacionalismo têm focado recentemente na natureza transnacional das redes antirracistas e pacifistas, bem como em suas interações com movimentos anticoloniais (Hodder, Legg e Heffernan, 2015; Hodder, 2017). Jake Hodder investigou as viagens para a África realizadas pelo ativista negro estadunidense Bayard Rustin, que se relacionava com os líderes anticoloniais Kwame Nkrumah e Nnoma Oziye na década de 1950. De acordo com Hodder, essas reuniões inspiraram Rustin em sua síntese original de pan-africanismo, lutas afro-americanas e pacifismo, a qual contrariava os estereótipos europeus acerca da suposta incapacidade dos povos africanos no sentido de desenvolver suas habilidades democráticas, chegando até mesmo a argumentar em prol de um “modelo social e político africano de democracia, centrado na cultura prístina da aldeia africana (...) que dissipasse a falsa ideia segundo a qual os negros seriam de algum modo incapazes de civilização” (Hodder, 2016: 1366). Estudos recentes de Andrew Davies mostram a relevância de ler os movimentos anticoloniais mediante a análise de suas redes transnacionais, suas espacialidades e seu “conjunto diversificado de atividades, as quais produziram de forma crucial novas geografias do mundo” (Davies, 2019a: 2). Para Davies, seria reducionista confinar esses movimentos ao passado ou considerá-los como meras reações à dominação colonial. Nesse sentido, espera-se que os geógrafos sejam mais engajados com a noção de anticolonialismo,

devido à sua capacidade de criar “novos espaços revolucionários pelos quais um mundo alternativo poderia ser imaginado” (Davies, 2019a: 14), sendo até mesmo capaz de atravessar fronteiras entre diferentes abordagens políticas, como o anarquismo, o marxismo, o humanismo e o nacionalismo.

- 9 Além disso, este artigo traz subsídios para pesquisas que enfatizam a importância da rede transnacional anticolonialista e antirracista (Featherstone, 2015) e o papel criativo que o exílio é capaz de desempenhar nas carreiras de acadêmicos e ativistas (Ferretti, 2018). Estudos recentes sobre geografias subalternas têm defendido a centralidade de lugares, espaços e mobilidades na compreensão de situações coloniais e pós-coloniais (Jazeel e Legg, 2019), enfatizando o envolvimento direto de geógrafos europeus e latino-americanos na descolonização africana (Ferretti, 2020; Sharp, 2019). Opondo-se a narrativas dominantes que subestimam a agência subalterna no quadro binário da Guerra Fria, Power demonstrou em que medida diversos atores do “Terceiro Mundo” implementaram de forma autônoma sua geopolítica de desenvolvimento: “Cuba e Vietnã desafiaram não apenas Washington” (Power, 2019: 98), mas também as diretrizes de Moscou, ainda que a propaganda política ocidental fingisse que os movimentos sociais no “Terceiro Mundo” eram basicamente tramas soviéticas. Embora as organizações da CONCP solicitassem algum tipo de auxílio econômico ou militar à União Soviética e aos países do Leste Europeu, ou em menor grau à China, dada a popularidade de algumas visões do maoísmo como “globalismo subalterno” (Power, 2019: 143), elas geralmente buscavam suas próprias versões de socialismo, que nem sempre correspondiam aos esquemas estabelecidos. Mesmo o geógrafo anticolonialista francês Jean Suret-Canale (1921-2007), cujos arquivos estão entre as fontes primárias analisadas neste artigo, criticou de forma severa as políticas russas na África Ocidental, apesar de sua ortodoxia política enquanto membro do Partido Comunista Francês (Suret-Canale, 2011).
- 10 Este artigo é baseado em dois conjuntos de coleções de arquivos excepcionais e multilíngues. A primeira coleção inclui as pastas “lusófonas” dos enormes arquivos pessoais de Suret-Canale, os quais sobrevivem nos Arquivos Departamentais de Seine-Saint Denis, em Bobigny (França), e cobrem propaganda internacional e correspondência do PAIGC, do MPLA e da FRELIMO. Esses materiais elucidam especialmente o estabelecimento do *Comité national de soutien de la lutte de libération dans les Colonies Portugaises* (CNSLCP) francês, em 1969, o qual sucedeu ao *Comité de Soutien à l'Angola et aux Peuples des Colonies Portugaises*,<sup>1</sup> que anteriormente operava em Paris. O segundo conjunto de documentação engloba os materiais dos arquivos de Amílcar Cabral e Mário Pinto de Andrade, consultáveis online no site da Fundação Mário Soares e Maria Barroso em Lisboa, e esclarece a rede internacional e as atividades intelectuais desses líderes não convencionais. Na primeira parte do meu artigo, abordo as atividades de Cabral mediante lentes geopolíticas. Na segunda parte, analiso a “diplomacia intelectual” que líderes lusófonos africanos conduziram com o intuito de conquistar as simpatias da “República das Letras” internacional no contexto da Guerra Fria. Na terceira parte, analiso as redes internacionais mais amplas por eles formadas de modo a estabelecer o campo geopolítico subalterno que serviu ao seu propósito imediato, ou seja, acabar com a opressão colonial portuguesa.

## Cabral e geopolítica

- 11 Amílcar Cabral é, sem dúvidas, a figura mais famosa do movimento de libertação da África lusófona. Sua obra se inclui ao lado das obras de autores como Frantz Fanon e Aimé Césaire, situando-se entre as referências intelectuais “não eurocêtricas” para estudiosos do grupo Modernidade-Colonialidade-Decolonialidade (Mignolo, 2010). É considerada uma grande referência para a Teoria Crítica Africana por Reiland Rabaka (2009, 2014 e 2016), bem como uma referência para uma “agronomia da libertação” por Filipa César (2018), e para a descolonização pelos biógrafos de Cabral (Chabal, 2003; McCulloch, 2019). No entanto, poucos estudos investigam o rico arquivo de Cabral, e sua contribuição quase não é analisada através de lentes geográficas ou geopolíticas. Esta seção é uma primeira tentativa de preencher essa lacuna.
- 12 Nascido em 1924 em uma família mista guineense e cabo-verdiana, Amílcar Cabral pertencia ao grupo de estudantes africanos relativamente privilegiados que podiam frequentar a universidade em Lisboa. Residiu desde 1945 na Casa dos Estudantes do Império, que mais tarde foi “condenada como subversiva e encerrada pelo governo em 1965” (Chilcote, 1972: xxx). Aí, em 1948, Cabral co-fundou um “Centro de Estudos Africanos”, o qual foi considerado um marco para a história do pan-africanismo e dos movimentos da Negritude (Adi, 2018: 186). Cabral fundou o Centro junto a alguns dos futuros líderes das lutas angolanas e moçambicanas pela libertação, entre os quais Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade e Marcelino dos Santos (Davidson, 2017). Esta rede estudantil inicial é fundamental para entender os esforços anticoloniais da África lusófona, pois ela antecipou algumas das principais características das organizações que foram em seguida lideradas por esses intelectuais, tais como o transnacionalismo, o multilinguismo, a formação de redes em âmbito global e a ênfase na comunicação pública e na alfabetização das pessoas. Em um de seus textos-chave sobre libertação nacional e cultura, Cabral aborda explicitamente a ideia de “resistência cultural” (Cabral, 1974: 12) reivindicando-a com o intuito de redescobrir as histórias negligenciadas ou recusadas dos povos africanos, de modo a habilitá-las enquanto uma arma capaz de combater o colonialismo e construir uma consciência nacional.
- 13 Esses intelectuais rejeitaram os pressupostos acríticos de modelos pré-definidos oriundos do “Norte”. Segundo eles, esses modelos precisavam de releituras substanciais e de adaptações específicas às realidades africanas. Um exemplo relevante é o debate acerca do suposto “marxismo” de Cabral, ao qual muitas vezes se faz referência como se fosse algo evidente, ainda que o próprio líder guineense tenha sempre se distanciado criticamente de todas as ideologias de origem europeia, mostrando-se mesmo irritado com as perguntas que constantemente recebia do público europeu acerca da “ideologia” do PAIGC. Isso ficou evidente em uma série de conferências que Cabral realizou em Londres, em 1971, quando respondeu que “ideologia não é religião” e que as distinções entre seitas ideológicas não se relacionavam à sua luta: “Se você quer chamá-la de marxista, pode chamá-la de marxista. Essa é uma responsabilidade sua... Sou um combatente pela liberdade em meu país... Se você decidir que não se trata de marxismo,... não é marxismo. Porém, esses rótulos são um problema seu” (Cabral, 1973: 25). Embora estudiosos marxistas tenham conseguido incluir algumas páginas onde Cabral nem sequer menciona Marx, Engels, Lenin ou Gramsci em uma antologia de “textos essenciais” do marxismo (Cabral, 1988), eu desconfio das pretensões referentes ao monopólio marxista sobre tudo que se situa no campo socialista. Em relação ao

PAIGC, Cabral afirmou com clareza (o que foi válido, portanto, ao menos até sua morte): “Não somos um partido comunista, tampouco um partido marxista-leninista... tudo o que posso dizer é que, no presente momento, nossa luta está dando certo” (Cabral, 1971: 55).

- 14 Isso também se confirma por meio dos arquivos de Cabral, nos quais há vestígios dos debates do PAIGC sobre a possível publicação de uma tradução portuguesa do *Manifesto* de Marx e Engels, junto a outros livros e folhetos sobre a história africana e fundamentos de filosofia. Cabral recomendou adaptar sobretudo o Manifesto “ao entendimento dos camaradas do P[AIGC]”.<sup>2</sup> Em suas discussões acerca da “Teoria Crítica Africana”, Rabaka observa com precisão como “Cabral distinguiu sua própria teoria crítica daquelas de Marx e de seus discípulos (...) reiterando aos seus camaradas marxistas europeus (e, muitas vezes, extremamente eurocêntricos): ‘Marx não escreveu acerca da África’” (Rabaka, 2009: 232). De modo decisivo, Rabaka enfatiza a originalidade da “junção promovida por Cabral entre a arma da teoria e a práxis revolucionária: modificando criticamente o marxismo, o materialismo dialético e histórico, o nacionalismo e o humanismo, porém sem repudiá-los (...). Argumentar que Cabral foi um marxista é algo que, em vários aspectos, conceitualmente o aprisiona, assim como sua teoria crítica e sua práxis revolucionária, dentro do mundo eurocêntrico do marxismo” (Rabaka, 2009: 241). Embora essa ideia complemente a fusão de diferentes abordagens políticas dentro das lutas anticoloniais que foi destacada acima, cabe ressaltar que o anticolonialismo africano lusófono inicialmente se orientava, de um modo geral, para práticas que não se reduziam a receitas teóricas importadas, tal como observado por Patrick Chabal (2003), o que confirma a necessidade mencionada acima no sentido de considerar as teorias junto com as práticas. Rabaka enfatiza em que medida a redescoberta do pensamento de Cabral atualmente pode contribuir para o “crescimento de várias tradições transnacionais de descolonização revolucionária, humanismo revolucionário, multiculturalismo crítico, socialismo democrático, justiça racial, justiça de gênero, libertação das mulheres, [e] liberdade de orientação sexual” (Rabaka, 2016: 32-33). Nesse sentido, eu afirmaria que uma análise geopolítica das obras e dos arquivos de Cabral confirma que tal entusiasmo pela sua releitura nos dias de hoje não é algo sem justificativas.
- 15 Embora vários dos escritos publicados de Cabral tenham sido traduzidos para o inglês e discutidos por vários autores, concentro-me aqui em alguns aspectos menos conhecidos de sua obra que podem ser lidos mediante lentes geopolíticas. Esses aspectos se relacionam principalmente ao engajamento transnacional de Cabral e seus amigos, que se destacaram no panorama mais amplo da descolonização ao se colocarem explicitamente “contra os nacionalismos estreitos” (Cabral, 1971: 15). Eles continuamente se opuseram a todas as formas de ódio racial contra europeus ou brancos, insistindo na distinção fundamental entre o “governo colonial fascista e o povo de Portugal”: “Temos convicção de que a eliminação do colonialismo português resultará na destruição do fascismo português” (Cabral, 1971: 15-16). No campo da diplomacia internacional, Cabral e seus amigos jogaram com habilidade a carta de pedido de solidariedade contra um regime fascista.
- 16 Nas suas intervenções em assembleias e comissões das Nações Unidas, para as quais eram convidados desde o início da década de 1960, os anticolonialistas da CONCP denunciavam constantemente os crimes do regime português usando a terminologia do antifascismo, por exemplo, ao denunciar a existência de “campos de concentração” em

Cabo Verde e Angola (Cabral, 1971: 19). Geopoliticamente, a análise deles se concentrava na necessidade de se opor à ampla aliança estabelecida entre o Portugal de Salazar, a Espanha de Franco e os regimes racistas da África do Sul e da Rodésia, aliados contra sua luta anticolonial. Como Power observou, “Portugal foi fortemente influenciado pelo desenvolvimento da contrainsurgência na vizinha Rodésia” (Power, 2001: 474). Contra esse pano de fundo, os anticolonialistas africanos se autodenominavam “soldados da humanidade” (Cabral, 1971: 65) e declaravam a natureza transnacional de seu movimento, composto pelas “primeiras colônias a se unirem” (Cabral, 1971: 69). Eles buscaram conexões com as lutas dos movimentos afro-americanos e os movimentos contrários à guerra do Vietnã nos Estados Unidos.

- 17 Contudo, em um discurso para uma plateia negra estadunidense, Cabral continuou a reivindicar a autonomia de sua luta perante qualquer direção externa, observando com ironia que, apesar da admiração que ele (e seus interlocutores) nutriam por Nkrumah enquanto uma referência para o pan-africanismo, “Nkrumah não foi o pai do pan-africanismo. Um americano, DuBois, foi o pai, se vocês assim o desejarem” (Cabral, 1973b: 91). No entanto, foi também graças a essas redes “negras” que Cabral conseguiu reivindicar sua última vitória diplomática em janeiro de 1973, poucas semanas antes de seu assassinato em Conacri. “A resolução histórica do Conselho de Segurança, que, sob sua primeira Presidenta mulher, a nossa irmã e camarada guineense Jeanne Martin Cissé, aprovou, por unanimidade, uma resolução condenando o colonialismo português e exigindo que o governo português cesse a guerra colonial na África” (Cabral, 1973b: 103).
- 18 No caso específico do PAIGC (que nem sempre foi igual ao de suas organizações-irmãs), a ajuda solicitada a outros países incluía propaganda, armas e medicamentos, mas excluía de modo categórico os combatentes estrangeiros. Como Cabral teria dito: “Não queremos voluntários (...) e os devolveremos caso eles se apresentem. (...) Eles roubariam do meu povo a única chance de alcançar um significado histórico para si próprio, o de reafirmar sua própria história, de recapturar sua própria identidade” (Davidson, 2017: 1599). Essa independência diante “das diretivas soviéticas ou chinesas” (Chilcote, 1969: 386) foi também observada pelo especialista em Brasil e em África lusófona de Riverside, Ronald Chilcote, que editou e traduziu para o inglês uma impressionante coleção de documentos das organizações da CONCP e de outros partidos africanos até 1965 (Chilcote, 1972), e se correspondia diretamente com Cabral para obter materiais em primeira mão.<sup>3</sup> O objetivo de Cabral no sentido de conquistar a simpatia de grupos estrangeiros implicava destacar as escolhas éticas que os guerrilheiros faziam no que se referisse ao tratamento tanto de prisioneiros quanto de civis: “No início de nossa luta havia camaradas que (...) sugeriram que cometêssemos certas atrocidades. Porém, nós recusamos (...) Quem pegou em armas e desertou não será mais considerado um inimigo: trata-se de um ser humano que deve ser bem tratado” (Cabral, 2016: 84-85). Por outro lado, Power descreve uma espécie de “síndrome do Vietnã” entre os portugueses, que experimentaram “o tédio e o medo psicológico; relações contraditórias e atividades criminosas; o horror e o sofrimento” (Power, 2001: 463).
- 19 Por fim, vale a pena notar que um dos primeiros panfletos contendo os estatutos e o programa do PAIGC que circulava em francês, que era então uma espécie de língua franca dos movimentos anticolonialistas, esboçava um programa socialista ao mesmo tempo que apresentava slogans com um apelo mais amplo. Alguns deles mencionavam

“democratização e emancipação”<sup>4</sup>, e mantinham em aberto várias possibilidades para a organização econômica do futuro Estado independente, o qual deveria se basear na nacionalização dos meios de produção, mas também pressupunha a “exploração cooperativa” desses meios de produção “com base em acordos livres”,<sup>5</sup> o que parece se aproximar mais da tradição anarquista (com a qual talvez tenham tido contato a partir de exilados espanhóis no Marrocos e na Argélia) do que do socialismo de Estado. Os revolucionários guineenses também defendiam a garantia da inviolabilidade da “propriedade pessoal” das casas e das “poupanças resultantes de trabalho”<sup>6</sup>, assim como a “liberdade religiosa”.<sup>7</sup> Eles confirmaram a sua “não adesão a blocos militares”,<sup>8</sup> bem como sua independência perante qualquer influência estrangeira, de maneira semelhante ao que constava dos documentos da FRELIMO e do MPLA, os quais haviam sido aprovados no mesmo ano.<sup>9</sup> Embora isso pareça se distanciar da “ditadura do proletariado” e soe como um apelo a um apoio internacional heterogêneo, o ponto referente ao “desenvolvimento de línguas autóctones e do dialeto crioulo [uma versão local do português]”<sup>10</sup> introduz a próxima seção, a qual discute como os revolucionários africanos lusófonos buscaram sua própria maneira de construir suas nações descolonizadas, apelando em um primeiro momento para as mentes e corações de seus apoiadores estrangeiros e de seus companheiros combatentes, por meio da diplomacia intelectual, alfabetização e construção de identidade nacional.

## A invenção da tradição: histórias, geografias e diplomacia intelectual

### Apropriando-se de uma geografia

- 20 A literatura clássica acerca da criação de identidades nacionais tem mostrado a importância de histórias, geografias, línguas e tradições compartilhadas na construção de imaginários nacionais que criem um sentido comum de cidadania (Anderson 1991; Hooson 1994). Esta seção mostra como os anticolonialistas africanos lusófonos performaram isso paralelamente à sua geopolítica transnacional, a qual incluiu uma diplomacia intelectual. Embora esses líderes africanos, em sua maioria intelectuais e escritores, tenham muitas vezes elogiado as línguas indígenas, eles deliberadamente escolheram se comunicar em francês e inglês ao falar para públicos em todo o mundo, além de terem usado o português em suas escolas clandestinas. Cabral disse: “A nossa língua tem que ser o português. E isso é uma honra. É a única coisa que podemos apreciar do *tuga* [o português], pois ele deixou a sua língua depois de ter roubado tanto da nossa terra” (Cabral, 2016: 136). Essa postura correspondia à ideia da “aplicação constante do princípio da assimilação crítica, ou seja, fazer uso daquilo que vem dos outros, mas criticar o que pode e o que não pode ser útil para a nossa terra” (Cabral, 2016: 137).
- 21 Ainda que a ideia de “assimilação crítica” de Cabral possa ser questionável do ponto de vista decolonial contemporâneo, Dan Clayton, por outro lado, demonstrou recentemente que a maioria dos geógrafos que abordaram questões de descolonização, entre os quais o geógrafo britânico Keith Buchanan, o francês Jean Dresch e estudiosos do que chamava-se então “Terceiro Mundo” como Jakayo Peter Ocitti (Uganda), Assane Seck (Senegal) e Vernon C. Mulchansingh (Jamaica e Trinidad e Tobago), entre outros, tentaram: “Combinar conhecimentos, teorias e métodos ocidentais e africanos e

asiáticos (...) Para eles, deixar de lado formas ocidentais de fazer geografia simplesmente devido ao fato de serem ocidentais seria o mesmo que jogar fora o bebê junto com a água do banho” (Clayton, 2020: 11). Estudos contemporâneos geralmente criticam esse tipo de abordagem, concentrando-se, em vez disso, em tentativas plurais em prol de uma “ruptura epistemológica” (Jazeel e Legg, 2019: 4) de modelos eurocentrados. A escolha deliberada de intelectuais como Mondlane no sentido de considerar “o Estado moderno” como uma “herança” (Meneses et al., 2018: 23) do colonialista a ser preservado é criticada pela literatura pós-colonial contemporânea que se baseia na noção de “epistemicídio” de Sousa Santos, argumentando que as tentativas de impor uma identidade nacional baseada no modelo europeu criaram vários problemas para Estados pós-coloniais como Moçambique (Meneses et al., 2018). Contudo, os anticolonialistas africanos lusófonos forneceram exemplos de engajamento crítico com os modelos intelectuais oriundos do “Norte”, sem esquecer o papel criativo das culturas locais e a necessidade da destruição de símbolos e paisagens do colonialismo (Meneses, 2021).

- 22 Para Cabral, tal esforço de construção da nação incluiu a escrita das primeiras histórias e geografias de Guiné-Bissau, com o intuito de que fossem utilizadas tanto para a alfabetização popular dentro do país como para a propaganda política externa em todo o mundo. Um documento muito revelador sobrevive (em formas datilografadas e manuscritas) nos arquivos de Cabral, o qual descreve a geografia da assim chamada “Guiné Portuguesa”.<sup>11</sup> As primeiras páginas soam como uma reviravolta irônica perante os clássicos livros didáticos de geografia europeia para escolas primárias, por meio de declarações preliminares como: “as fronteiras terrestres [da Guiné] estabelecidas pelos imperialistas franceses e portugueses (Convenção de 1886) se estendem por 680 quilômetros”.<sup>12</sup> A seção “População” explica o que é definido como um “país multinacional”, fornecendo dados demográficos acerca dos diferentes grupos étnicos, muitos dos quais foram considerados como tendo “resistido à dominação estrangeira da maneira mais tenaz e heroica”.<sup>13</sup> Embora tenha observado as diferenças religiosas entre os grupos “islamizados” e “animistas”, Cabral argumentou que: “Todos os povos da Guiné possuem uma base ancestral comum, a qual se revela através de tradições, usos e costumes semelhantes”.<sup>14</sup> A seção dedicada à “Economia” apresenta os recursos econômicos em potencial que permitiriam a criação de um Estado independente, lamentando que, naquele momento, “enquanto a agricultura é praticada pelos africanos, o comércio e as exportações se concentram inteiramente nas mãos dos colonialistas”.<sup>15</sup> A mobilização de argumentos geográficos em prol da criação de uma invenção nacional não poderia ser mais evidente.
- 23 Seguindo a tradição da escola clássica francesa, Cabral incluiu, nessa breve geografia de Guiné-Bissau, uma seção histórica, iniciada com uma parte intitulada “Antes da dominação colonial”. Os argumentos de Cabral combinavam com projetos paralelos de estudiosos africanos e europeus, ou mesmo americanos, entre os quais Basil Davidson, W.E.B. Du Bois, Joseph Ki-Zerbo, Nazi Boni e Jean Suret-Canale, que contrariavam o preconceito comum segundo o qual os africanos eram povos “sem história” ou incapazes de escrever sua própria história. Cabral descreveu a organização social dos povos guineenses, destacando como “Os colonialistas destruíram [nossas] estruturas econômicas e sociais”.<sup>16</sup> Indo além de qualquer forma de vitimização, a seção sobre “A dominação colonial” ressaltou sobretudo a agência africana e a insurgência indígena: “Nosso povo nunca aceitou a presença portuguesa e lutou até o fim contra a dominação estrangeira”.<sup>17</sup> Ao mesmo tempo em que contraria o luso-tropicalismo, ao destacar a

natureza brutal da presença portuguesa na África, esse texto também ressoa em trabalhos posteriores que discutiram como a fome e a carestia foram engendradas sob o domínio colonial (Davis, 2001; Davies, 2019b), sobretudo ao frisar que os portugueses exportavam “arroz”, o alimento básico do nosso povo, que é obrigado a passar fome”.<sup>18</sup> O sarcasmo em relação à suposta “missão civilizadora”<sup>19</sup> dos imperialistas não esteve ausente nessas páginas, que terminam com um “Programa Mínimo” e um “Programa Máximo” em prol da independência nacional, incluindo a “Unidade Africana” e o estabelecimento de um “regime democrático anticolonialista e antiimperialista”.<sup>20</sup> Esse documento evidentemente se destinava a ser lido pelos quadros militantes então recentemente recrutados pelo PAIGC, tendo em vista a necessidade de alfabetização básica dos militantes oriundos de aldeias onde a maioria dos residentes era analfabeta.

- 24 Um exame de geografia mantido no mesmo arquivo traz referências a detalhes técnicos referentes a ventos e aerodinâmica para futuros pilotos de aeronaves,<sup>21</sup> mostrando como a geografia também tinha finalidades práticas nas escolas de guerrilha organizadas nas matas africanas. Contudo, foi supostamente com o intuito de construir identidades nacionais que Cabral e seus companheiros produziram mapas da Guiné-Bissau, exibindo a forma do país como símbolo de sua futura independência.<sup>22</sup> Metáforas geográficas combativas e imagens representativas da África lusófona foram amplamente utilizadas por todas as organizações da CONCP e por aqueles que a apoiavam,<sup>23</sup> implicitamente se opondo, assim, à já mencionada retórica cartográfica utilizada pelo regime português (Fig. 1-2), ao mesmo tempo em que empregava alguns dos seus dispositivos retóricos, como a simplificação das formas dos países (Cairo 2006).

Figura 1. ADSS, 19, CNSLCP *Bulletin d'information*

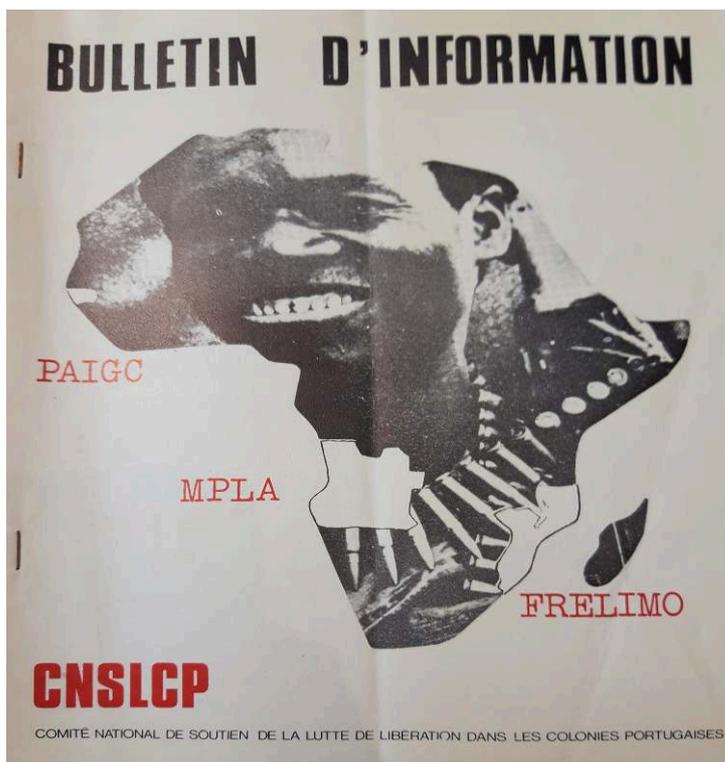
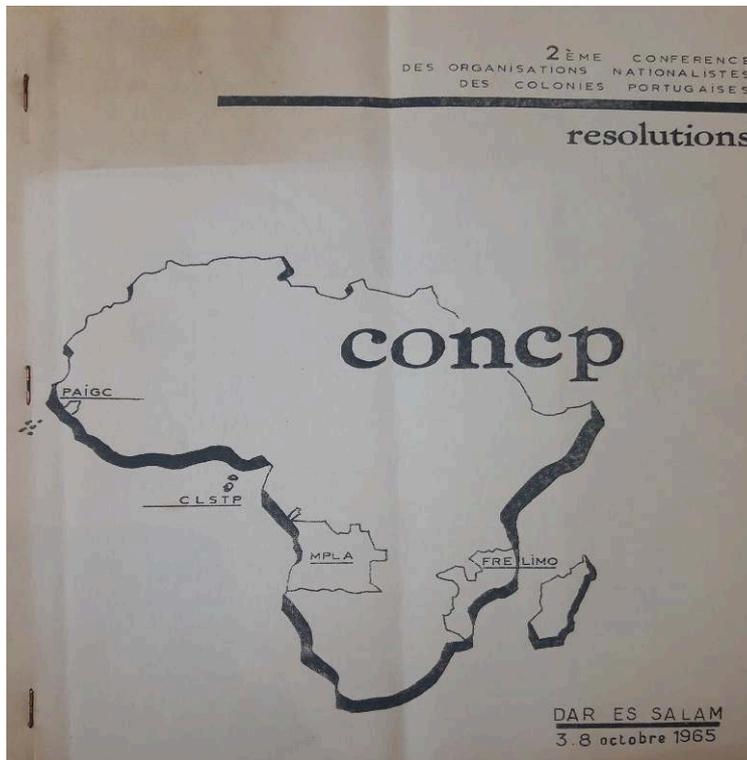


Fig. 2 - ADSS, 19, 2<sup>ème</sup> Conférence des organisations nationalistes des colonies portugaises

- 25 Em uma carta de 1970 enviada a Maurice Gastaud, um defensor francês de sua causa, Cabral argumentou que sua luta era “sobretudo contra a ignorância e outros males sociais que são o fruto do colonialismo”.<sup>24</sup> Isso implicava buscar apoio junto à UNESCO para imprimir algumas dezenas de milhares de exemplares de uma lista de livros didáticos para o ensino básico, entre os quais havia dois livros de geografia. De acordo com as cartas de Cabral à editora anticolonial francesa *Présence Africaine*, alguns dos textos de geografia tinham que ser de autoria de Suret-Canale. Esse modelo não acadêmico para a produção de conhecimento não apresentava uma distinção rígida entre materiais acadêmicos e leituras que poderiam servir a propósitos educacionais e de propaganda política em vários níveis.<sup>25</sup> É evidente que a história e a geografia, junto a outras ciências humanas e sociais, tinham que desempenhar um papel chave na construção da consciência anticolonial nacional.

### Geopolítica da narração e da tradução

- 26 Os combatentes anticoloniais da África lusófona contavam com o apoio de inúmeros intelectuais “ocidentais” de prestígio, entre os quais Immanuel Wallerstein (1930-2019), que publicou um artigo intitulado “As lições do PAIGC”, no qual definiu a luta do partido como “fascinante”<sup>26</sup> e estabeleceu interlocução tanto com Cabral quanto com Pinto de Andrade,<sup>27</sup> que ele definiu como “amigos, esquerdistas e intelectuais que gostariam de traduzir seus pensamentos em ação política”.<sup>28</sup> A excepcional poetisa e romancista italiana Joyce Lussu, nascida Gioconda Salvadori (1912-1998), uma figura multilíngue e cosmopolita, foi outra pessoa que os apoiou. Nascida em uma família de antifascistas toscanos exilados durante a ditadura de Mussolini, ela seguiu sua família em seu exílio na Suíça, onde conheceu e depois se casou com Emilio Lussu, líder da *Giustizia e Libertà* (Justiça e Liberdade), a organização liberal-socialista aliada aos

anarquistas dentro das brigadas de voluntários italianos durante a Guerra Civil Espanhola (Bernerri, 2019). Mais tarde, ela se uniu à *Resistenza* antifascista na Itália. Após relatar as incríveis trajetórias de exílio transnacional do casal em seu livro *Fronti e Frontiere*, Joyce Lussu iniciou uma carreira de editora e tradutora de poetas revolucionários do “Terceiro Mundo”. Nessa categoria, ela incluiu Cabral e Marcelino dos Santos (Ballestra, 2012), embora tenha se dedicado particularmente a poemas de Agostinho Neto e do escritor e ativista moçambicano José Craveirinha (Lussu, 1998). Os poemas de Neto também foram traduzidos para o inglês na Tanzânia, com um prefácio de Davidson, no qual se reconhecia explicitamente a relevância política de sua poesia, a qual não se reduzia, no entanto, a “gritos vazios de propaganda política” (Davidson, 1974: xiii).

- 27 No campo contemporâneo dos estudos feministas da tradução, o trabalho de Lussu é considerado um caso altamente original de ruptura dos cânones positivistas na tradução, uma vez que utilizou a poesia enquanto ferramenta política para levar ao conhecimento do público italiano e internacional combatentes pela liberdade de origens distantes (Taronna, 2017). Por meio das memórias de Lussu, é possível perceber como essas traduções não foram um trabalho de gabinete: a filosofia de tradução de Lussu implicava empatia e familiaridade com os poetas cuja obra ela traduzia. Ela se sentava junto a eles para realizar essa tarefa, independentemente de sua eventual proficiência linguística. Lussu relatou com um senso de humor digno de nota a história de seu encontro com Neto. No início dos anos 1960, Neto estava preso em Lisboa, e Lussu, na Itália, tinha lido algumas linhas de jornal sobre o caso desse “desconhecido poeta angolano” que arriscara a vida nas prisões de Salazar. Cabe ressaltar que, segundo Heriberto Cairo, foi ao longo desses anos que algumas “contranarrativas” (Cairo, 2006: 387) que se opunham aos lugares-comuns do Estado Novo circularam na África por intermédio de romances.
- 28 Aproveitando-se de sua posição enquanto esposa do senador italiano Emilio Lussu (que era bastante famoso na época), Joyce Lussu viajou para Portugal com o intuito de conhecer Neto na prisão e convencê-lo a assinar um contrato com a renomada editora italiana Mondadori. Assim, ela deliberadamente representou o papel da cândida dama entusiasmada com poesia durante um encontro pessoal que obteve com o chefe da famosa PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), descrita por Cabral como “a Gestapo colonial portuguesa”<sup>29</sup> em suas cartas a outros líderes africanos. Lussu não teve permissão para ver Neto, mas conseguiu autorização para lhe enviar o contrato editorial, “que ele me devolveu assinado depois de alguns dias” (Lussu, 2012: 126). Surpreendentemente, as tentativas de Lussu para obter a libertação de Neto desencadearam uma espécie de incidente diplomático entre a Itália e Portugal, o que terminou por fazer com que Neto fosse libertado provisoriamente. O chefe da PIDE, por sua vez, foi afastado juntamente com o embaixador italiano em Lisboa, e Lussu foi expulsa de Portugal. Sua odisseia africana se iniciou em seguida.
- 29 De fato, Neto fugiu de Portugal e Lussu viajou para buscá-lo em Rabat, onde “se localizava a central da federação dos movimentos de libertação das colônias portuguesas (...) Lá conheci Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos (...) Porém, Neto já tinha partido para Léopoldville (actual Kinshasa), onde ficava a sede do MPLA, perto da fronteira com Angola. Juntei-me a ele no Congo” (Lussu, 2012: 128). Essas sedes logo tiveram que se mudar de Léopoldville para Brazzaville (República do Congo, ex-francesa), devido à hostil mudança política da República Democrática do Congo (ex-

belga) após o assassinato do líder anticolonial Patrice Lumumba. Assim como os arquivos analisados, as memórias de Lussu evidenciam os lugares diaspóricos onde os ativistas anticoloniais tiveram que se encontrar, sobretudo capitais e cidades principais africanas como Rabat, Casablanca, Dakar, Conakry, Brazzaville, Lusaka, Dar es Salaam, Addis Ababa e Argel, onde funcionou um Centro de Estudos Angolanos ao longo da década de 1960.<sup>30</sup> Nessas cidades, governos progressistas deram algum apoio, o que, como explico na próxima seção, nunca foi fácil ou direto. No entanto, o lugar que mais fascinou Lussu foi a floresta.

- 30 Na mata africana, Lussu se familiarizou com modelos culturais diferentes daquele que ela entendia como a Negritude, que incluía os escritos de Léopold Senghor (um defensor moderado da CONCP naquele momento). Lussu criticava esses intelectuais porque usavam “a linguagem da Sorbonne” (Lussu, 1998: 61) e representavam os “africanos assimilados das burguesias nacionais” (Lussu, 1998: 78), considerados por ela como imitadores de modelos europeus. Para Lussu, um modelo contrastante era representado por intelectuais como Neto, que, apesar de ser “muito fluente em inglês e francês” (Lussu, 1998: 72), prestava atenção às culturas de sua terra, utilizando o português “pela pressão obscurantista de um europeísmo restrito” (Neto, 1963: 20), mas adotando o mesmo modelo que Cabral definiu como “assimilismo crítico”. Isso também foi discutido por Pinto de Andrade, que afirmou que “o dualismo cultural é típico da dominação colonial” (Cabral et al., 1971: 25) e que “é primeiramente em meio aos “assimilados” que se vê nascer a contestação da cultura dos colonizadores” (Cabral et al., 1971: 26). Nesse modelo cultural em construção, os poemas foram mobilizados junto com as canções e danças populares no interior daquilo que Lussu definiu como os “grupos mais ativos, vivos e rebeldes de Angola – essa é a verdadeira expressão da nação” (Ballestra, 2012: 53). Isso correspondia aos argumentos anticoloniais segundo os quais os revolucionários eram as verdadeiras forças vivas de seus respectivos países, em oposição à “decadência” colonial do regime português.
- 31 A viagem de Lussu à Guiné-Bissau foi motivada pelos poemas e canções populares em função dos quais ela havia feito acordos com a editora de esquerda francesa Maspéro, a qual também apoiava Cabral.<sup>31</sup> Assim, ela viajou de Paris a Conacri, atravessando em seguida a pé a fronteira com a Guiné-Bissau, e caminhou com “guerrilheiros, na região dos balantas, acompanhada pelos sons de uma língua doce e lenta que me parecia um dialeto italiano” (Lussu 2012: 130). Na região dos balantas, que constituía a principal base étnica do PAIGC, Lussu percebeu como, nas aldeias que visitou, “as tradições comunitárias ainda estavam vivas. [Portanto] a proposta de uma sociedade socialista com uso democrático de técnicas modernas soava muito natural” (Lussu, 2012: 130). Enquanto Lussu observava a importância de “canções da resistência” anônimas e peças teatrais sobre episódios de guerrilha improvisados pelos “meninos e meninas da aldeia” para a vida comunitária (Lussu, 2012: 130), ela também ressaltava o lugar estratégico da educação nessa guerrilha: “Assim que os combatentes libertam uma zona, a primeira coisa que fazem é criar escolas (...) os portugueses estão muito dispostos a destruí-las” (Lussu, 1998: 97). Um ponto importante percebido por Lussu foi o papel fundamental que as mulheres desempenharam nesses processos. Em relação a este aspecto, Cabral observou como, em certos grupos étnicos, as mulheres “não têm direitos”, ao passo que, em outros, elas eram “consideravelmente livres” (Cabral, 1971: 47), permanecendo assim a emancipação feminina como um dos principais objetivos das organizações da CONCP.

- 32 Os arquivos de Cabral mostram a disposição do PAIGC no sentido de privilegiar as obras de intelectuais como Lussu, que constava de uma lista de jornalistas estrangeiros que deveriam ser mantidos informados.<sup>32</sup> Surpreendentemente, uma das cartas de Cabral ao seu companheiro de partido e futuro presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira (1923-2011), alertava para a necessidade de se manter alguma cautela no acompanhamento de Lussu: “Apesar de se tratar de uma amiga de quem gostamos muito, ela deveria apenas nos visitar e depois ir embora”.<sup>33</sup> Essa postura se devia à preocupação com a segurança dos estrangeiros que chegavam às zonas de guerra: embora fossem um recurso precioso para obter a simpatia do público internacional, qualquer incidente poderia ter um resultado contrário.
- 33 Outro intelectual internacional que organicamente se aliou ao anticolonialista africano lusófono foi Basil Davidson, que viajou extensivamente por Angola, Moçambique e Guiné-Bissau (Davidson, 1975). Na sua história do PAIGC, baseada na observação em primeira mão das operações de guerrilha, Davidson fez comentários sarcásticos acerca das cartelas de napalm que encontrou no terreno como “parte do material militar que a Organização do Tratado do Atlântico Norte fornece a Portugal em prol da defesa do Mundo Livre. Que região estranha, esse mundo livre” (Davidson, 2017: 354). Essa observação encontra ressonância naquelas anteriormente mencionadas feitas por Power acerca do “modelo do Vietnã”.
- 34 Um dos mais importantes lugares internacionais nos quais se desenvolveu a solidariedade intelectual e política com a África lusófona foi Paris. Os dirigentes da CONCP eram proficientes em francês e alguns deles, como Pinto de Andrade, tinham vivido por vários anos em Paris ou em países francófonos. Entre seus conhecidos intelectuais, cabe destacar Suret-Canale, que esteve envolvido com o trabalho cultural nos primeiros anos da independência da Guiné-Conacri, colaborando com o controverso líder Sékou Touré, um dos mais fervorosos apoiadores do PAIGC (Cabral, 2016). Correspondente de Davidson, Du Bois, Boni e Ki-Zerbo, Suret-Canale escreveu vários volumes sobre a história da África Subsaariana nas décadas de 1950 e 1960, os quais estiveram entre as primeiras tentativas de ver a história do continente a partir da perspectiva dos colonizados (Ferretti, 2021). Amigo e correspondente de Pinto de Andrade, Suret-Canale reafirmou o seu objetivo de informar amplamente a “opinião [pública] francesa”<sup>34</sup> acerca da situação nas colônias portuguesas, comprometendo-se a organizar manifestações públicas de solidariedade com a sua causa na França e na Europa Ocidental.<sup>35</sup> Além disso, ele discutia com Pinto como a descolonização coloca em questão esquemas teóricos clássicos através de necessidades práticas. Por exemplo, as ex-colônias tinham que realizar simultaneamente tanto “as tarefas que, em outros lugares, eram as da revolução burguesa, quanto as tarefas da revolução socialista”.<sup>36</sup> Apesar de ser um desafio, essa simultaneidade de tarefas atraía simpatias tanto no meio socialista quanto no liberal. Como mostram os arquivos de Suret-Canale, essas conexões intelectuais foram fundamentais para ampliar a estratégia de comunicação internacional e multilíngue no contexto de redes transnacionais e “diplomacias subalternas” que tinham simultaneamente como alvo, outros intelectuais, a opinião pública, sindicatos e líderes políticos em vários níveis no “Primeiro”, no “Segundo” e no “Terceiro” Mundos.

## Remessas de sangue e redes transnacionais

- 35 Em sua antologia de escritos da África lusófona, Chilcote observou que muitos desses documentos “foram preparados enquanto boletins de imprensa, na esperança de atrair a cobertura da mídia de massa” (Chilcote, 1969: xli), tendo sido amplamente divulgados na forma de brochuras, folhetos, ou documentos datilografados. Em uma conferência de imprensa em 1961, no Congo, Pinto de Andrade explicou que sua ação se inspirava naquilo que ele chamava de “neutralismo positivo [estimulando] a simpatia e a solidariedade de todas as forças do mundo para com o nosso povo”.<sup>37</sup> A importância de conduzir diplomacias a partir de baixo com o intuito de ter resultados nos níveis (geo)políticos mais altos foi estrategicamente delineada por Cabral em seus discursos para o PAIGC. Por exemplo, no contexto da Guerra Fria, “uma grande vitória” foi o fato de que “um país ocidental que havia se alinhado a Portugal no contexto comercial se colocou inteiramente do nosso lado: a Suécia” (Cabral, 2016: 88). Para explicar a importância desta vitória, Cabral frisou que o governo português ficou muito mais desapontado com isso do que com o apoio que os anticolonialistas receberam de Cuba e do Leste Europeu, uma vez que as atividades anticoloniais no “Primeiro Mundo” perturbaram a lógica da Guerra Fria, na qual o regime de Salazar se autodenominava o campeão da causa “atlântica”. Por outro lado, Cabral acreditava que “forças progressistas, por exemplo, da América, Inglaterra e França (...) poderiam se manifestar e tomar decisões no sentido de pedir a seus governos que apoiassem os movimentos de libertação africanos” (Cabral, 2016: 89).
- 36 Os arquivos de Suret-Canale guardam correspondência, panfletos, documentos datilografados, circulares e revistas que explicam as atividades das organizações da CONCP e o apoio que receberam da Europa. Na França, esse foi particularmente o caso do CNSLCP, presidido por Gilles Tchernia, que publicou um boletim informando que, um ano após a criação desse comitê, em 1969, “a informação avançou”. De fato, numa conferência internacional realizada em Roma, em junho de 1970, em prol da independência das colônias portuguesas, estiveram presentes “117 partidos e organizações políticas provenientes de 64 países”.<sup>38</sup> Entre os principais pontos que defenderam, destacou-se o pedido para que se interrompesse o apoio militar oferecido a Portugal por parte dos países ocidentais (incluindo Itália e França), bem como a declaração que reconhecia as ações portuguesas na África como “guerras genocidas(...) um crime contra a humanidade”.<sup>39</sup> Esses esforços contaram com a solidariedade das mais diferentes organizações, entre as quais a Associação Internacional de Juristas Democratas, que aprovou uma resolução solicitando que os partidos anticoloniais na África lusófona se tornassem “sujeitos de direito internacional”,<sup>40</sup> reconhecendo, assim, sua luta como uma guerra legítima de acordo com convenções internacionais.
- 37 Junto à propaganda, a solidariedade material foi fornecida a partir de Paris na forma de remessas de sangue fresco, abastecendo hospitais de guerrilha na Guiné. Isso pode ser considerado um exemplo do que David Featherstone descreveu como “pensar politicamente a solidariedade” (Featherstone, 2012): voluntários eram incentivados a doar seu sangue em ambulatórios de Paris, de onde as remessas eram enviadas para Conacri e, em seguida, para o PAIGC, “quinzenalmente”.<sup>41</sup> Com base nos documentos dos arquivos de Suret-Canale e de Cabral, essa empreitada parece ter sido tecnicamente bem-sucedida, e Cabral escreveu várias vezes a Tchernia, expressando sua gratidão por esse sangue em termos poeticamente antirracistas: “O sangue francês corre agora nas

veias de alguns dos combatentes do nosso país, corroborando o que disse o poeta: o mesmo rio corre pelos corpos de todos os homens”.<sup>42</sup> Cabral também saudou a fundação do CNSLCP como “uma vitória do povo francês, em sua maioria anticolonialista”.<sup>43</sup> Esse comitê também apoiou a publicação de uma revista ilustrada em francês, chamada *PAIGC Actualités*, impressa em Conacri e Dakar entre 1969 e 1970 em brochuras mensais, e guardada nos arquivos de Pinto de Andrede e Suret-Canale,<sup>44</sup> dos quais consta uma edição especial dedicada a combatentes mulheres, datada de 8 de março 1970.<sup>45</sup> Essa publicação revela um feito impressionante para um grupo guerrilheiro clandestino em um país pequeno e “periférico”, mostrando como a ação transnacional não era incidental, mas sim intrínseca à sua causa. Além disso, ela revela também como o PAIGC esteve substancialmente alinhado com o pensamento de Cabral, ao menos até a sua morte.

38 Os membros do CNSLCP também exerceram pressão direta sobre o governo francês. Por exemplo, numa reunião entre o Primeiro-Ministro francês e o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, “uma delegação composta por representantes do CNSLCP e por uma dezena de sindicatos e associações da sociedade civil deslocou-se ao Hôtel de Matignon para solicitar a interrupção da venda de “armas” ao governo racista da África do Sul e ao governo português”.<sup>46</sup> O Boletim denunciou várias vezes o governo francês, descrevendo-o como “um dos mais fiéis aliados de Lisboa”.<sup>47</sup> A aliança entre Portugal e o regime sul-africano contra o MPLA e a FRELIMO foi particularmente enfatizada, de modo a envergonhar os países que apoiaram esses regimes, tendo-se em vista a indignação que os horrores do Apartheid provocavam em todo o mundo. Em 1969, os boletins do MPLA, muitas vezes impressos em inglês e francês, denunciavam a preparação de uma possível OTAN Austral, ou seja, um “Pacto do Atlântico Sul”<sup>48</sup> militar, o qual envolveria a Rodésia, a África do Sul, a Argentina, a Austrália e a Nova Zelândia, e seria apoiado pelos Estados Unidos e pelo “imperialismo brasileiro”.<sup>49</sup> O Brasil, por sua vez, vivia então a fase mais nociva da ditadura militar que governou o país de 1964 a 1985, o que obrigou os combatentes africanos a considerar este país um adversário geopolítico e a protestar indignados em ocasiões como a visita de um representante militar brasileiro a Bissau, no decurso da qual defenderam a amizade com o “povo brasileiro”, mas não com seu governo.<sup>50</sup> Cabe ressaltar que, mesmo antes da ditadura, Cabral escrevera ao presidente democrático brasileiro Juscelino Kubitschek, protestando contra o apoio do Brasil à “dominação colonial portuguesa”.<sup>51</sup> Isso mostra como a solidariedade lusófona, por si só, não é capaz de explicar plenamente essa história, que deve ser entendida em um contexto transnacional e multilíngue mais amplo.

39 Os arquivos de Suret-Canale confirmam o trabalho intrinsecamente transnacional dos partidos da CONCP, que caracterizou as suas próprias estruturas organizativas: entre muitos exemplos possíveis, encontra-se uma declaração do MPLA denunciando a política condescendente do líder da Costa do Marfim, Houphouët-Boigny, em relação à África do Sul, a qual foi aprovada em Lusaka, impressa em Estocolmo e lançada em Paris pelo CNSLCP.<sup>52</sup> Os comunicados de guerra do MPLA e da FRELIMO em inglês podiam ser enviados a partir de Dar es Salaam, onde o presidente da Tanzânia Nyerere apoiou a sua luta,<sup>53</sup> ou a partir de Brazzaville. Aí, foi novamente denunciada a política anti-angolana da República Democrática do Congo, onde os combatentes angolanos eram capturados e levados para “campos de concentração”.<sup>54</sup> De modo a atrair uma ainda maior atenção internacional, a denúncia do caráter fascista do regime português foi enfaticamente ressaltada, destacando-se a continuidade entre Salazar e seu sucessor Caetano, definido

como “um novo líder fascista português”.<sup>55</sup> A presença de campos de concentração em Cabo Verde e Angola, onde prisioneiros africanos foram mortos em condições desumanas, foi denunciada internacionalmente por meio de comparações explícitas entre essas experiências e a “Alemanha nazista”, ressaltando-se inclusive a desconcertante existência de “crematórios”.<sup>56</sup>

- 40 Há comunicados de guerra dessas organizações nos arquivos de Suret-Canale, entre os quais alguns comunicados do PAIGC assinados por Cabral, nos quais o teor geralmente ecumênico e “pacifista” do líder guineense foi contrabalançado por anúncios de vitórias militares, como a destruição de um helicóptero Alouette (de produção francesa) ou a declaração de que, após os golpes sofridos, os militares portugueses se encontravam “desesperados perante a derrota”.<sup>57</sup> Evidentemente, as operações de guerrilha só foram possíveis devido a provisões militares de países cujos governos apoiaram a causa. Os arquivos de Cabral contêm uma quantidade significativa de correspondência que foi enviada a líderes do Bloco Socialista ou a países africanos vizinhos, com o intuito explícito de solicitar armas. Ele solicitou pessoalmente, por exemplo, “60 bazucas” e “30 canhões”<sup>58</sup> do Partido Comunista Russo, bem como 10.000 “obuseiros”, 250 “metralhadoras AK-10”, 300 “fuzis semiautomáticos”<sup>59</sup> e munições do Partido Comunista da Bulgária. Cabral também solicitou a Senghor autorização para o transporte de material de guerra em território senegalês<sup>60</sup>; treinamento militar e apoio logístico a Touré,<sup>61</sup> e até mesmo a entrega de uniformes militares via Argel, tal como descrito em correspondência ao líder argelino Boumédiène.<sup>62</sup>
- 41 A diplomacia, no entanto, permaneceu sendo o campo de batalha mais importante. Enquanto as conferências do Movimento dos Não-Alinhados, realizadas no Cairo em 1964, em Lusaka em 1970 e em Argel em 1973,<sup>63</sup> foram um ponto de encontro habitual para ativistas da CONCP, documentos de algumas de suas conferências mostram a estreita interconexão entre as organizações membros, entre as quais se destacava a “União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo Verde”.<sup>64</sup> Na conferência da CONCP realizada em Dar es Salaam, em outubro de 1965, a qual contou com a presença de vários observadores internacionais de países do Sul e do Norte, um dos pontos-chave foi a “edificação da pátria africana, livre de todas as formas de opressão”<sup>65</sup>, juntamente com a solidariedade com o Vietnã perante a “covarde guerra de agressão”<sup>66</sup> dos Estados Unidos. Houve muita expectativa em relação ao encontro Tricontinental em Cuba, que estava marcado para o ano seguinte (Mahler, 2018). De forma significativa, a conferência estabeleceu que líderes de diferentes organizações estivessem encarregados de representá-las unitariamente nos demais circuitos internacionais. Cabral foi o porta-voz para o Tricontinental, Neto, por sua vez, foi escalado para a conferência seguinte da Organização da Unidade Africana, em Accra, ao passo que o líder da FRELIMO, Mondlane, tornou-se o representante perante as Nações Unidas.<sup>67</sup>
- 42 Em relação à Guiné-Bissau, o *lobby* das Nações Unidas por intermédio de delegados de Estados aliados permitiu a realização de missões de observadores da ONU e o reconhecimento da independência unilateralmente declarada pelo país por “mais de quarenta governos estrangeiros”.<sup>68</sup> Infelizmente, essa independência foi proclamada quando Cabral já havia sido assassinado durante uma conspiração, interna ao PAIGC, mas provavelmente arquitetada pelos serviços de segurança portugueses (Davidson, 2017). Acadêmico e sociólogo, Mondlane saudou a Conferência de Apoio aos Povos das Colônias Portuguesas e da África Austral, realizada em Cartum em 1969, tendo sido a primeira desse tipo, fomentando as tentativas em curso de distinguir os portugueses de

seus governantes, tendo em mente que os soldados portugueses “não lutam voluntariamente contra nós”<sup>69</sup> e que alguns deles desertavam e chegavam até mesmo a se juntar à guerrilha. Mondlane também foi assassinado no mesmo ano (Roberts, 2017), e uma Fundação Mondlane foi criada na Holanda, com o intuito de apoiar os movimentos anticoloniais lusófonos.<sup>70</sup>

- 43 Os arquivos de Cabral guardam um rico conjunto de correspondência trocada por ele com lideranças políticas e organizações internacionais, cuja análise completa merece um trabalho específico que extrapolaria o escopo deste artigo. No entanto, cabe ressaltar que essa atividade incessante de trabalho em rede, em todos os níveis, complementou a estratégia para obter apoio internacional e promover perspectivas comuns africanas ou pan-africanas.<sup>71</sup> Isso incluiu tentativas de consolidar alianças no norte da África, interagindo com o líder argelino Houari Boumédiène,<sup>72</sup> o tunisiano Habib Bourguiba<sup>73</sup> e o egípcio Anwar El-Sadat.<sup>74</sup> No que diz respeito à África subsariana, para além da decisiva colaboração de Touré e de alguns leais apoiadores políticos e militares, como Nkrumah<sup>75</sup> e Nyerere, que sempre saudaram os sucessos dos seus “irmãos”<sup>76</sup> do PAIGC, as relações nem sempre foram transparentes. Incidentes com as autoridades senegalesas da região sul de Casamansa, por exemplo, obrigaram Cabral a protestar junto às autoridades de Dakar a favor dos seus ativistas que aí operavam.<sup>77</sup> Além de criticar a “política anti-angolana”<sup>78</sup> da República Democrática do Congo, os líderes da CONCP também criticaram o líder da Costa do Marfim Félix Houphouët-Boigny, devido às suas posições possibilistas em relação à África do Sul, apesar dos primeiros esforços diplomáticos para garantir a colaboração dos “irmãos” da Costa do Marfim.<sup>79</sup> Por outro lado, as relações com líderes de esquerda latino-americanos, como Salvador Allende<sup>80</sup> e Fidel Castro<sup>81</sup>, pareciam, de um modo geral, boas. Embora Cabral não tenha podido ver a independência de seu país, essa diplomacia subalterna em diferentes níveis foi efetiva, e torna ainda mais evidente a historiografia que destaca o papel decisivo desempenhado pelos combatentes africanos na aceleração do colapso da ditadura portuguesa em 1974.

## Conclusão

- 44 Embora seja necessário conduzir mais investigações com base nesses arquivos para esclarecer várias questões específicas, este artigo mostrou a importância de investigar espaços e transferências de redes anticoloniais transnacionais à época da descolonização. Este estudo destacou como a criação de redes em diferentes níveis, incluindo comunicação pública multilíngue e diplomacia intelectual, foi eficaz para obter apoio mundial e apoios múltiplos para os anticolonialistas africanos lusófonos, desde movimentos de base a líderes estatais e organizações internacionais. Isso ocorreu em todos os meios, de parceiros intelectuais a opiniões públicas mais amplas. Essas estratégias geopolíticas desafiaram o “nexo desenvolvimento-segurança” predominante analisado por Power (2019: 220), revertendo de forma irônica o vocabulário de desenvolvimento e subdesenvolvimento, por exemplo, ao definir o Portugal colonial como o país verdadeiramente “subdesenvolvido”.<sup>82</sup>
- 45 Os aspectos geopolíticos e diplomáticos do engajamento desses intelectuais explicam por que motivo aqueles que combatiam em prol da liberdade da África lusófona estavam tão interessados em usar o conhecimento como uma de suas principais armas para fins externos e internos. Essa estratégia não apenas foi mais eficaz, à escala global

do que o número relativamente pequeno de armas e instrução militar que eles receberam dos países socialistas, mas também foi sua própria maneira de ganhar independência e autonomia por meio daquilo que eles chamaram de “um assimilacionismo crítico”, que fundia elementos das culturas europeias (entre os quais a língua portuguesa) com as tradições comunitárias indígenas. Seu objetivo explícito era o de ir além do tribalismo na criação de suas respectivas nações, uma tarefa na qual as histórias e geografias locais foram estrategicamente mobilizadas. É evidente, no entanto, que a própria ideia de Estado-nação veio da Europa e que exigia algum tipo de apropriação de categorias europeias, o que pode ter constituído uma limitação, tendo-se em vista os problemas que a Guiné-Bissau, Moçambique e Angola viveram após as suas independências formais em meados dos anos setenta. Embora essa questão extrapole o escopo deste artigo, os esforços de Cabral e seus colegas se mostraram notavelmente eficazes durante o período “liminar” de sua luta anticolonial.

- 46 Este estudo estende noções de geopolítica subalterna e liminaridade ao analisar redes que se formaram mediante ativismo e solidariedade política e não foram (ou ainda não tinham sido) institucionalizadas. Demonstra como esses esforços voluntaristas só podiam ter sucesso graças à ajuda externa, incluindo a solidariedade internacional, e como foram implantados transnacionalmente. Os apelos desses ativistas por solidariedade (externa e interna) incluíam o uso de uma “geopolítica popular” (Cairo, 2006: 390) por meio da produção de mapas de propaganda política e descrições performativas de suas respectivas nações descolonizadas.
- 47 Finalmente, meu artigo também demonstrou a eficácia da investigação multilíngue arquivística de culturas de descolonização e anticolonialismo, um campo de estudos acerca do qual mais investigações são necessárias. Autores como Andrew Davies recentemente discutiram em que medida o estudo do anticolonialismo em seus períodos iniciais pode fomentar agendas atuais que abordam “a necessidade de um pensamento anticolonial geográfico” (Davies, 2019a: 161), incluindo os esforços plurais para associar ideias decoloniais com os campos das geografias e geopolíticas críticas destacadas por autores como Tariq Jazeel (2019). Ainda que essas amplas agendas se estendam para além dos objetivos deste artigo, a história dos anticolonialistas da África lusófona contribui para esses esforços, revertendo a orientação imperial dos discursos que sublinhavam a geopolítica dominante do desenvolvimento e mostrando maneiras heterogêneas de usar o conhecimento acadêmico e a produção cultural em termos decoloniais, que se estendem desde a produção de mapeamentos alternativos até a elaboração de discursos geográficos radicalmente opostos aos colonialistas.

---

## BIBLIOGRAFIA

Adi, H. (2018). *Pan-Africanism: a history*. London: Bloomsbury.

Anderson, B. (1991). *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.

- Ballestra, S. (2012). *Joyce L., una vita contro*. Milan: Baldini Castoldi Dalai.
- Berneri, C. (2019). *Contre le fascisme. Textes choisis*. Paris: Agone.
- Cabral, A. (1971). *Revolution in Guinea. An African people's struggle*. London: Stage 1.
- Cabral, A. (1973a). *Our people are our mountains*. London: Committee for Freedom in Mozambique, Angola and Guinée.
- Cabral, A. (1973b). *Return to the source: selected speeches*. New York, London: Monthly Review Press.
- Cabral, A. (1974). National Liberation and Culture. *Transition*, 45, 12-17.
- Cabral, A. (1988). Class and revolution in Africa. In D. McLellan (Ed.), *Marxism: essential writings* (pp. 392-408). Oxford: Oxford University Press.
- Cabral, A. (2016) *Resistance and decolonization*. London: Rowman & Littlefield International.
- Cabral, A. (2017) Foreword. In B. Davidson, *The liberation of Guinea-Bissau and Cape Verde, 1963-74*. London: Zed Books.
- Cabral, A. et al. (1971). *Colonie portoghesi: la vittoria o la morte*. Milan: Jaca Book.
- Cairo, H. (2006). "Portugal is not a small country": Maps and propaganda in the Salazar regime. *Geopolitics*, 11, 367-395.
- Cesar, F. (2018). 'Meteorisations: Reading Amílcar Cabral's Agronomy of Liberation'. *Third Text*, 32, 254-272.
- Chabal, P. (2003). *Amílcar Cabral: Revolutionary leadership and people's war*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cheong, S. (2019). A subaltern geopolitics? *Geopolitics*, 24, 989-994.
- Chilcote, R.H. (1969). *Emerging nationalism in Portuguese Africa. A bibliography of documentary ephemera through 1965*. Stanford: Hoover Institution.
- Chilcote, R.H. (1972). *Emerging nationalism in Portuguese Africa*. Documents. Stanford: Hoover Institution.
- Clayton, D. Kumar M.S. (2019). Geography and decolonisation. *Journal of Historical Geography*, 66, 1-8.
- Clayton, D. (2020). The passing of 'Geography's Empire' and question of geography in Decolonization, 1945-1980. *Annals of the American Association of Geographers* Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/24694452.2020.1715194>> Acesso: 30 de junho de 2022.
- Craggs, R. (2018). Subaltern geopolitics and the post-colonial Commonwealth, 1965-1990. *Political Geography*, 65, 46-56.
- Craggs, R. Neate, H. (2019) What happens if we start from Nigeria? Diversifying histories of geography. *Annals of the American Association of Geographers* Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/24694452.2019.1631748>> Acesso: 30 de junho de 2022.
- Davidson, B. (1974). Foreword. In A. Neto, *Sacred hope*. Dar es Salaam: Tanzania Publishing House.
- Davidson, B. (1975). *In the eye of the storm: Angola's people*. Harmondsworth: Penguin.
- Davidson, B. (2017). *No fist is big enough to hide the sky: The liberation of Guinea-Bissau and Cape Verde, 1963-74*. Zed Books. Kindle Edition.
- Davies, A. (2019a). *Geographies of anticolonialism: Political networks across and beyond South India, c. 1900-1930*. Hoboken: Wiley.

- Davies, A. (2019b). *Josué de Castro's Geografia Combatente and the political ecology of hunger*. PhD thesis. King's College London.
- Davis, M. (2001). *Late Victorian holocausts: El Niño famines and the making of the Third World*. London: Verso.
- Dittmer, J. (2017). *Diplomatic material. Affect, assemblage and foreign policy*. Durham/London: Duke University Press.
- Featherstone, D. (2012). *Solidarity. Solidarity: Hidden Histories and Geographies of Internationalism*. London: Zed Books
- Featherstone, D. (2015). Maritime labour and subaltern geographies of internationalism: Black internationalist seafarers' organising in the interwar period. *Political Geography*, 49, 7–16.
- Ferretti, F. (2018). Geographies of internationalism: radical development and critical geopolitics from the Northeast of Brazil. *Political Geography*, 63, 10-19.
- Ferretti, F. (2020). Subaltern connections: Brazilian critical geographies, development and African decolonisation. *Third World Quarterly*, Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436597.2020.1722095>> Acesso: 30 de junho de 2022.
- Ferretti, F. (2021). Other radical geographies: tropicity and decolonisation in twentieth-century French geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 46(3):540-544.
- Gomes, P.G. (2010). *Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973): organização do Estado e relações internacionais*. Torino: L'Harmattan Italia.
- Hodder, J. (2016). Toward a geography of Black Internationalism: Bayard Rustin, nonviolence, and the Promise of Africa. *Annals of the American Association of Geographers*, 106, 6, 1360-1377
- Hodder, J. (2017). Waging peace: militarising pacifism in Central Africa and the problem of geography, 1962. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 42, 29-43.
- Hodder, J.; Legg, S.; Heffernan, M. (2015). Introduction: historical geographies of internationalism, 1900–1950. *Political Geography* 49, 1-6.
- Hooson, D. (1994) (Ed.). *Geography and national identity*. Oxford: Blackwell.
- Jazeel, T. (2019). *Postcolonialism*. London/New York: Routledge.
- Jazeel, T., Legg, S. (2019) (Eds.) *Subaltern Geographies*. Athens: The University of Georgia Press.
- Jones, A., J. Clark. (2015). Mundane diplomacies for the practice of European geopolitics. *Geoforum* 62:1–12.
- Lussu, J. (1998). *Tradurre poesia*. Rome: Robin.
- Lussu, J. (2012). *Portrait*. Rome: L'Asino d'Oro.
- MacQueen, N. (1997). *The decolonization of Portuguese Africa: metropolitan revolution and the dissolution of empire*. London: Longman.
- Mahler, A.G. (2018). *From the Tricontinental to the Global South, Race, Radicalism, and Transnational Solidarity*. Durham and London: Duke University Press.
- McConnell, F. (2016). Liminal geopolitics: the subjectivity and spatiality of diplomacy at the margins. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 42, 139–152.
- McConnell, F.; Dittmer, J. (2018). Liminality and the diplomacy of the British Overseas Territories: An assemblage approach. *Environment and Planning D: Society and Space*, 36, 139-158.

- McCulloch, J. (2019). *In the Twilight of Revolution: The political theory of Amílcar Cabral*. Abingdon: Routledge.
- Meneses, M.P. (2021). As estátuas também se abatem: momentos da descolonização em Moçambique. *Cadernos Nauí*, 10, 108-128.
- Mignolo, W. (2010). Introduction: Coloniality of power and de-colonial thinking. In Mignolo, W., Escobar, A. (Eds.). *Globalization and the decolonial option* (pp. 1-21). London: Routledge.
- Munslow, B. (1983). *Mozambique: The revolution and its origins*. London: Longman.
- Neto, A. (1963). *Con occhi asciutti*. Milano: Il Saggiatore.
- Opello, C. (1975) Pluralism and elite conflict in an independence movement: FRELIMO in the 1960s. *Journal of Southern African Studies*, 2, 62-82.
- Meneses, M.P.; Khan, S.P.; Bertlesen, B.E. (2018) Introduction: Situating Mozambican histories, epistemologies and potentialities. In Khan, S.P.; Meneses, M.P.; Bertlesen, B.E. (eds.), *Mozambique on the move: Challenges and reflections* (pp. 1-38). Leiden: Brill.
- Power, M. (2000). Aqui Lourenço Marques!! Radio colonization and cultural identity in colonial Mozambique, 1932-74. *Journal of Historical Geography*, 26, 605-628.
- Power, M. (2001). Geo-politics and the representation of Portugal's African colonial wars: Examining the limits of "Vietnam syndrome". *Political Geography*, 20, 461-491.
- Power, M. (2019). *Geopolitics and Development*. Abingdon: Routledge.
- Rabaka, R. (2009). *Africana critical theory: reconstructing the black radical tradition, from W.E.B. Du Bois and C.L.R. James to Frantz Fanon and Amílcar Cabral*. Lanham: Lexington Books.
- Rabaka, R. (2014). *Concepts of Cabralism: Amílcar Cabral and Africana critical theory*. Lanham: Lexington Books.
- Rabaka, R. (2016). Introduction. In Cabral, A. *Resistance and Decolonization* (pp. 3-42). London: Rowman & Littlefield International.
- Roberts, G. (2017). The assassination of Eduardo Mondlane: FRELIMO, Tanzania, and the politics of exile in Dar es Salaam. *Cold War History*, 17, 1-19.
- Sharp, J. (2011). Subaltern geopolitics: Introduction. *Geoforum*, 42, 271-273.
- Sharp, J. (2019). Practicing Subalternity? Nyerere's Tanzania, the Dar School, and Postcolonial Geopolitical Imaginations. In Jazeel, T.; Legg, S. (eds.) *Subaltern Geographies* (pp. 74-93). Athens: University of Georgia Press.
- Sidaway, J.D. (2012). Subaltern geopolitics: Libya in the mirror of Europe. *The Geographical Journal*, 178, 296-301.
- Sidaway, J.D.; Power, M. (2005). 'The tears of Portugal': Empire, identity, 'race', and destiny in Portuguese geopolitical narratives. *Environment and Planning D: Society and Space* 23, 527-554.
- Sidaway, J.D., Mamadouh, V., Power, M. (2013). Reappraising geopolitical traditions. In Dodds, K.; Kuus, M.; Sharp, J. (Eds.). *The Ashgate research companion to critical geopolitics* (pp. 165-187). Farnham: Ashgate.
- Spivak, G. (2010). Can the subaltern speak? In Morris, R. (Ed.). *Can the subaltern speak? Reflections on the history of an idea* (pp. 237-292). New York: Columbia University Press.
- Suret-Canale, J. (2011). *De la Résistance à l'anticolonialisme: entretiens autobiographiques recueillis et présentés par Pascal Bianchini*. Paris: L'Esprit frappeur.

Taronna A. (2017). En-gendering translation as a political project: The subversive power of Joyce Lussu's activist translation(s) (pp. 151-167), In Castro, O.; Ergun, E. (Eds.). *Feminist translation studies, local and transnational perspectives*. Abingdon: Routledge.

## NOTAS

1. Fundação Mário Soares e Maria Barroso, Documentos Amílcar Cabral (doravante FS, DAC), 04614.070.109, Mettas para Cabral, 1963.
2. FS, DAC, 07197.160.024, *Programa do Trabalho Ideológico*, 1971-1972.
3. FS, DAC, 04614.070.064, Chilcote para Cabral, 30 de maio de 1963.
4. FS, Arquivo Mário Pinto de Andrade (doravante AMPA), 10191.002.007, PAIGC. *Statuts et Programme*, 1962, 7.
5. *Statuts et Programme*, 24.
6. *Statuts et Programme*, 24.
7. *Statuts et Programme*, 26.
8. *Statuts et Programme*, 27.
9. Bobigny, Archives Départementales de Seine-Saint-Denis, Fonds Suret-Canale - 229 J (doravante ADSS), 18, FRELIMO, 1<sup>er</sup> *Congres, Dar es Salaam 23-28 septembre 1962* ; 19, MPLA, *Statuts et Programme*.
10. FS, AMPA, 10191.002.007 PAIGC. *Statuts et Programme*, 26.
11. FS, DAC, 07059.021.002, A. Cabral, *La Guinée dite 'portugaise'*, agosto de 1960.
12. *La Guinée dite 'portugaise'*, 1.
13. *La Guinée dite 'portugaise'*, 1.
14. *La Guinée dite 'portugaise'*, 1.
15. *La Guinée dite 'portugaise'*, 1.
16. *La Guinée dite 'portugaise'*, 3.
17. *La Guinée dite 'portugaise'*, 4.
18. *La Guinée dite 'portugaise'*, 4.
19. *La Guinée dite 'portugaise'*, 5.
20. *La Guinée dite 'portugaise'*, 8.
21. FS, DAC, 07200.171.004, Ponto de exame de Geografia, 11 de junho de 1968.
22. 'Amílcar Cabral, o pai da nação guineense' <https://www.youtube.com/watch?v=tNgKoNCiAHQ>
23. ADSS, 19, *MPLA Informations*, 3, 1970.
24. FS, DAC, 04619.100.005, Cabral para Gastaud, 29 de janeiro de 1970.
25. FS, DAC, 04616.077.009, Cabral para *Présence Africaine*, 23 de março de 1970.
26. FS, AMPA, 10191.002.025, The Lessons of the PAIGC, 1971, 62.
27. FS, DAC, 04610.059.026, Cabral para Wallerstein, 6 de setembro de 1970.
28. FS, AMPA, 04311.003.008, Wallerstein para Andrade, 11 de junho de 1970.
29. FS, DAC, 07070.117.069, Cabral, para Houphouët-Boigny, 1962.
30. ADSS, 18, *Bulletin bilingue du Centro de Estudos Angolanos*.
31. FS, DAC, 04610.059.011, Cabral para Maspéro, 4 de maio de 1970.
32. FS, DAC, 07061.033.020, Cabral para Caetano, 9 de agosto de 1966.
33. FS, DAC, 07061.032.024, Cabral para Xido [Aristides Pereira], 19 de abril de 1966.
34. FS, AMPA, 04319.007.013, Suret-Canale para Andrade, 27 de junho de 1971.
35. FS, AMPA, 04311.003.033, Suret-Canale para Andrade, 6 de agosto de 1970.
36. FS, AMPA, 04311.003.033, Suret-Canale para Andrade, 3 de abril de 1972.

37. ADSS, 19, Conférence de presse de Mário de Andrade, président du MPLA, 30 de outubro de 1961.
38. ADSS, 19, *CNSLCP Bulletin d'information*, dezembro 1970.
39. *CNSLCP Bulletin d'information*, dezembro 1970.
40. *CNSLCP Bulletin d'information*, dezembro 1970.
41. *CNSLCP Bulletin d'information*, dezembro 1970.
42. FS, DAC, 04610.059.005, Cabral para CNSLCP, 7 de fevereiro de 1970.
43. FS, DAC, 04610.059.005, Cabral para CNSLCP, 7 de fevereiro de 1970.
44. ADSS, 6, 50.
45. FS, AMPA, 04341.004.015, *PAIGC Actualités*, 15 de março de 1970.
46. ADSS, 19, *CNSLCP Bulletin d'information*, março 1971.
47. ADSS, 19, *CNSLCP Bulletin d'information*, março 1972.
48. ADSS, 19, *Vitoria ou morte. Organe d'information et combat du mouvement populaire de libération de l'Angola* [1969], 4.
49. *Vitória ou morte* [1969], 6.
50. FS, DAC, 07073.131.224, Cabral para 'Ministro das Relações Exteriores do Brasil', 22 de maio de 1970.
51. FS, DAC, 07073.131.353, Cabral para Kubitschek, n.d.
52. ADSS, 19, *CNSLCP Bulletin d'information*, março de 1971, 12.
53. ADSS, 19, MPLA, War communiqué n. 6, 10 de maio de 1969.
54. ADSS, 19, MPLA, Communiqué, 26 de março de 1968.
55. ADSS, 19, *Angola in Arms*, 4 de fevereiro de 1969, 40.
56. ADSS, 19, *CNSLCP Bulletin d'information*, 1973.
57. ADSS, 50, Communiqué, 7 de fevereiro de 1970.
58. FS, DAC, 04621.115.035, Cabral para 'Comité Central do PCUS', 1 de fevereiro de 1966.
59. FS, DAC, 07066.090.007, Cabral para 'Comité Central do Partido Comunista Búlgaro', 26 de maio de 1970.
60. FS, DAC, 04612.064.075, Cabral para Senghor, 17 de abril de 1970.
61. FS, DAC, 04606.049.014, Cabral para Touré, 19 de dezembro de 1961.
62. FS, DAC, 07073.131.181, Cabral para Boumédiène, 15 de janeiro de 1970.
63. ADSS, 19, Guiné-Bissau: indépendance, 24 de setembro de 1973.
64. ADSS, 19, *2eme Conférence des organisations nationalistes des colonies portugaises*, Dar es Salaam, 3-8 de outubro 1965.
65. ADSS, 19, *2eme Conférence*.
66. ADSS, 19, *2eme Conférence*, 24.
67. ADSS, 19, *2eme Conférence*, 30.
68. ADSS, 19, Guiné-Bissau: indépendance, 24 de setembro de 1973, 7.
69. ADSS, 19, A. Neto, A. Cabral. E. Mondlane, *La voix des peuples en lutte*, 9.
70. Amsterdam, International Institute of Social History, Archief Eduardo Mondlane Stichting.
71. FS, DAC, 07061.032.001, Amílcar Cabral para Luís Cabral, 17 de junho de 1960.
72. FS, DAC, 04606.045.113, Cabral para Boumédiène, 27 de maio de 1967.
73. FS, DAC, 07073.131.187, Bourguiba para Cabral, 1970.
74. FS, DAC, 07073.131.216, Cabral to Sadat, 29 de setembro de 1970.
75. FS, DAC, 04621.115.014, Nkrumah para Cabral, 27 de fevereiro de 1963; 04621.115.007, Pereira to Nkrumah, 2 de dezembro de 1961.

76. FS, DAC, 04621.115.020, Nyerere para Cabral, 2 de junho de 1970.
77. FS, DAC, 04612.064.013, Cabral para 'Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Senegal', 7 de maio de 1970.
78. FS, DAC, 04606.045.107, Cabral para 'Presidente do MPLA', 8 de abril de 1967.
79. FS, DAC, 04621.113.021, Pereira para Houphouët-Boigny, 2 de janeiro de 1962.
80. FS, DAC, 07073.131.304, Allende para Cabral, 18 de novembro de 1970.
81. FS, DAC, 04606.045.103, Cabral para Castro, 1967.
82. FS, DAC, 07197.160.008, PAIGC, Communiqué, 26 de fevereiro de 1972.
- 

## RESUMOS

Este artigo aborda o engajamento global de alguns intelectuais africanos que lutaram pela independência da África lusófona. Para tanto, este estudo utiliza um enfoque geopolítico, baseado em arquivos recentemente disponibilizados em diversas formas e multilíngues. Ampliando a pesquisa acadêmica dedicada à geopolítica subalterna, culturas de descolonização e estudos críticos de desenvolvimento, eu demonstro a performance de diplomacias subalternas conduzida por líderes políticos como Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos, no sentido de chamar a atenção para as suas causas em meio a acadêmicos, ativistas e políticos de diferentes níveis (de movimentos de base a líderes de Estado e organizações internacionais) através das divisões entre os blocos da Guerra Fria e os campos do "Primeiro", do "Segundo" e do "Terceiro" Mundos. Meu argumento é que esses esforços terminaram por abalar narrativas predominantes de desenvolvimento e ideias eurocentradas de assimilação, parcialmente devido a sua ênfase na educação e na produção de histórias e geografias subalternas que foram instrumentais para a construção nacional de novos países descolonizados oriundos da então chamada "África Portuguesa". Na década de 1960 e no início da década de 1970, esses intelectuais usaram as armas da cultura, da comunicação pública e da formação de redes transnacionais enquanto dispositivos que foram tão importantes quanto os resultados alcançados por seus companheiros guerrilheiros em campos de batalha. Além disso, essas narrativas confirmam a importância dos arquivos para a reconstituição de redes cosmopolitas, multilíngues e diaspóricas, bem como de sua espacialidade, além de permitirem a elaboração de uma geopolítica crítica a partir de perspectivas que não sejam centradas a partir do Ocidente ou de um ponto de vista anglófono, o que leva, desse modo, à decolonização da geografia.

This paper addresses the global engagement of certain African intellectuals who strove for the independence of Lusophone Africa. It does so using geopolitical lenses based on new and multilingual archives. Extending current scholarship on subaltern geopolitics, cultures of decolonisation, and critical development studies, I show the performance of the subaltern diplomacies deployed by political leaders such as Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, and Marcelino dos Santos in capturing international sympathy for their cause from other scholars, activists, and politicians at different levels (from grassroots movements to state leaders and international organisations) across the divides between Cold War blocs and the fields of the 'First', 'Second', and 'Third World'. I argue that these endeavours disrupted mainstream narratives of development and Euro-centred ideas of assimilation, partly due to their emphasis on education and the production of subaltern histories

and geographies that were instrumental to the national construction of new decolonised countries from so-called 'Portuguese Africa'. In the 1960s and early 1970s, these intellectuals used the weapons of culture, public communication, and transnational networking as devices that were as important as the accomplishments of their fellow guerrilla fighters in the battlefield. Additionally, these stories confirm the importance of the archive for tracing cosmopolite, multilingual, and diasporic networks and their spatiality, as well as for doing critical geopolitics from perspectives other than Anglo- or Western-centred ones, thus decolonising geography.

Este artículo aborda el compromiso global de algunos intelectuales africanos que lucharon por la independencia del África lusófona. Lo hace utilizando lentes geopolíticas basadas en archivos multilingües que se pusieron a disposición recientemente, en línea o en papel. Ampliando el conocimiento actual sobre geopolíticas subalternas, culturas de la descolonización y estudios críticos del desarrollo, muestro como se desplegaron las diplomacias subalternas de líderes políticos como Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane y Marcelino dos Santos en llamar simpatías internacionales por su causa por parte de otros académicos, activistas y políticos en diferentes niveles (desde movimientos de base hasta líderes estatales e organizaciones internacionales) a través de las divisiones entre los bloques de la Guerra Fría y los campos del "Primero", el "Segundo" y el "Tercer Mundo". Planteo que estos esfuerzos rompieron con las narrativas dominantes del desarrollo y con las ideas eurocéntricas de asimilación, en parte debido a su énfasis en la educación y en la producción de historias y geografías subalternas que fueron fundamentales para la "invención nacional" de nuevos países descolonizados de la llamada "África portuguesa". En la década de 1960 y principios de la década de 1970, estos intelectuales utilizaron las armas de la cultura, de la comunicación pública y de las redes transnacionales como dispositivos que eran tan importantes cuanto los logros de sus compañeros guerrilleros en el campo de batalla. Además, estas historias confirman la importancia de los archivos para rastrear redes cosmopolitas, multilingües y diaspóricas y sus espacialidades, así como para hacer geopolíticas críticas desde perspectivas diferentes de las anglo-centradas u occidentales, descolonizando así la geografía.

Cet article traite de l'engagement mondial de certains intellectuels africains qui ont lutté pour l'indépendance de l'Afrique lusophone. Il le fait en utilisant une loupe géopolitique basée sur des archives multilingues qui ont été récemment mises à disposition, en ligne ou en forme papier. En prolongeant les recherches actuelles sur la géopolitique subalterne, les cultures de la décolonisation et les études critiques sur le développement, je montre la performance des diplomaties subalternes déployées par des dirigeants politiques tels que Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane et Marcelino dos Santos pour gagner des sympathies internationales à leur cause de la part d'autres universitaires, activistes et politiciens à différents niveaux (des mouvements de base aux chefs d'État et aux organisations internationales) au-delà des clivages entre les blocs de la guerre froide et les domaines du « premier », du « deuxième » et du « tiers monde ». Je démontre que ces efforts rompent avec les récits traditionnels du développement et les idées eurocentrées de l'assimilation, en partie en raison de l'accent mis par ces intellectuels sur l'éducation et la production d'histoires et de géographies subalternes qui ont joué un rôle déterminant dans la construction nationale de nouveaux pays décolonisés de ladite « Afrique portugaise ». Dans les années 1960 et au début des années 1970, ces intellectuels ont utilisé les armes de la culture, de la communication publique et des réseaux transnationaux comme des dispositifs aussi importants que les réalisations de leurs compagnons de guérilla sur le champ de bataille. En outre, ces histoires confirment l'importance des archives pour retracer des réseaux cosmopolites, multilingues et diasporiques et leurs spatialités, ainsi que pour faire de la géopolitique critique à partir de perspectives autres que celles centrées sur le monde anglo-saxon ou sur l'Occident, décolonisant ainsi la géographie.

## ÍNDICE

**Palavras-chave:** geopolítica subalterna, descolonização, anticolonialismo, transnacionalismo, socialismo africano

**Palabras claves:** geopolítica subalterna, descolonización, anticolonialismo, transnacionalismo, socialismo africano

**Índice geográfico:** África lusófona

**Keywords:** subaltern geopolitics, decolonisation, anti-colonialism, transnationalism, african socialism

**Mots-clés:** géopolitique subalterne, décolonisation, anticolonialisme, transnationalisme socialisme africain

**Índice cronológico:** 1961-1974

## AUTOR

**FEDERICO FERRETTI**

Alma Mater Studiorum Università di Bologna

Dipartimento di Scienze dell'Educazione "G.M. Bertin"

federico.ferretti6@unibo.it

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5446-6522>